

ANO XV N. 102 16/10/2017

### Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região

#### [RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA N. 224, DE 5 DE OUTUBRO DE 2017](#)

Edita a Tese Jurídica Prevalente N. 17 do Egrégio TRT da 3ª Região.

(DEJT/TRT3/Cad. Jud. 11/10/2017, p. 501-502)

#### [PORTARIA GP N. 471, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017.](#)

Dispõe sobre a suspensão dos prazos processuais, no período de 30 de outubro a 1º de novembro de 2017, nos feitos em que figure como parte ou como fiscal da ordem jurídica o Ministério Público do Trabalho, em tramitação nas Varas do Trabalho de Poços de Caldas, Pouso Alegre, Itajubá e Santa Rita do Sapucaí

(DEJT/TRT3 Cad. Jud. 13/10/2017, p. 1)

#### [PORTARIA NFTVAR 02, DE 04 DE JULHO DE 2017](#)

Dispõe sobre serviços e procedimentos a serem executados pelo Núcleo do Foro Trabalhista de Varginha

(DEJT/TRT3 Cad. Jud. 13/10/2017, p. 5492)

#### [PORTARIA NFTVAR N 004, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017.](#)

Constitui a Comissão para desfazimento de bens inservíveis do Núcleo do Foro e das Varas do Trabalho de Varginha.

(DEJT/TRT3 Cad. Jud. 13/10/2017, p. 5492-5493)

### ENAMAT

#### [ATO ENAMAT N. 010, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017 \(Republicação\)](#)

Dispõe sobre as Comissões Executivas Locais do 1.º Concurso Público Nacional Unificado para ingresso na carreira da Magistratura do Trabalho.

(DEJT/ENAMAT Cad. Jud. 13/10/2017, p. 3-6) - Republicado conforme ATO ENAMAT N.º 015/2017)

[ATO ENAMAT N. 011, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017](#) (Republicação)

Dispõe sobre a composição das Comissões Examinadoras, da Comissão Especial e da Comissão Multiprofissional do 1.º Concurso Público Nacional Unificado para ingresso na carreira da Magistratura do Trabalho.

(DEJT/ENAMAT Cad. Jud. 13/10/2017, p. 1-3 - Republicado conforme ATO ENAMAT N.º 016/ 2017)

## Legislação Federal

[PORTARIA MT N. 1.129, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017](#)

Dispõe sobre os conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas à de escravo para fins de concessão de seguro-desemprego ao trabalhador que vier a ser resgatado em fiscalização do Ministério do Trabalho, nos termos do artigo 2-C da Lei n 7998, de 11 de janeiro de 1990; bem como altera dispositivos da PI MTPS/MMIRDH N.º 4, de 11 de maio de 2016.

(DOU 16/10/2017, p. 82-83)

